



INFORMATIVO DOUTRINÁRIO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA & SERVIDOR PÚBLICO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE BIBLIOTECA

Editorial

Biblioteca Desembargador Antônio Koury

Equipe de trabalho

Divisão de Biblioteca

Chefe: **Elaine Ribeiro**

Telefone: (91) 3205-3351

E-mail: elaine.ribeiro@tjpa.jus.br ou

biblioteca@tjpa.jus.br

Serviço de Processamento Técnico

Chefe: **Lanalucia Soares**

E-mail: lanalucia.soares@tjpa.jus.br

Bibliotecária: **Felicidade de Fátima Silva**

E-mail: felicidade.silva@tjpa.jus.br

Telefone: (91) 3205-3336

Serviço de Referência

Chefe: **Josiane Neves**

E-mail: josiane.neves@tjpa.jus.br

Estagiária: **Dayandra Gonçalves**

Estagiário: **Mário Leandro**

Telefone: (91) 3205 - 3325

Equipe de Apoio

Telefone: (91) 3205 - 3378

Atendente Judiciário: **Mário Machado**

Atendente Judiciário: **Maria José Campelo Costa**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

II Informativo Doutrinário [recurso eletrônico] / Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Divisão de Biblioteca. - n.8 (2020) -. Belém, 2020.

Modo de acesso: <<http://portalinterno/PortalInterno/institucional/Biblioteca/444261-informativo-doutrinario.xhtml>>

1. Direito - Periódicos. 2. Improbidade administrativa. 3. Enriquecimento ilícito. 4. Servidor público - Responsabilidade. Título.

11-2020

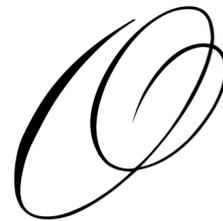
CDD 340

Elaine Cristina F. Ribeiro – Bibliotecária – CRB-2/1175

Sumário

Apresentação	4
Livros	5
Periódicos	9
Acervo Digital	14

Apresentação



O Informativo Doutrinário da Divisão de Biblioteca é uma publicação temática que tem por objetivo a divulgação da doutrina disponível no acervo físico e nas bases digitais da Biblioteca Des. Antônio Koury, visando contribuir para o acesso ao conhecimento jurídico em seus aspectos atuais, relevantes e históricos.

Nesta oitava edição, trazemos o tema “**Improbidade Administrativa & Servidor Público**”. Reunimos livros e artigos sobre o assunto, utilizando os seguintes termos específicos e geral de busca: improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e administração pública.

Caso tenha interesse em consultar os materiais aqui referenciados, entre em contato por meio do e-mail biblioteca@tjpa.jus.br, ou pelos telefones 3205-3325 ou 3205-3351. Magistrados e servidores do TJPA podem realizar o empréstimo domiciliar após realização de cadastro prévio no Serviço de Referência Bibliográfica



Livros

2018

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Manual de improbidade administrativa**: direito material e processual. 6. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2018. 333 p.
Número de chamada: **341.3 N518m 6. ed.**

2017

ABRAHAM, Marcus. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 314 p.
Número de chamada: **341.387 A159l 2. ed.**

ADÃO, Marco Aurélio Alves. **Tutelas sumárias em ações de improbidade administrativa**. Curitiba: Juruá, 2017. 253 p.
Número de chamada: **341.3 A221t**

ANDRADE, Adriano.; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. **Interesses difusos e coletivos**: esquematizado. 7. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017. 893 p.
Número de chamada: **341.272 A553i 7. ed.**

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Manual de improbidade administrativa**: direito material e processual. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017. 317 p.
Número de chamada: **341.3 N518m 5. ed.**

PARÁ. Ministério Público. **Improbidade administrativa**: lei nº 8.429/92 e a jurisprudência dos Tribunais. Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 2017. 356 p.
Número de chamada: **341.3 P221i**

2016

ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. **Interesses difusos e coletivos**: esquematizado. 6. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016. 877 p.
Número de chamada: **341.272 A553i 6.ed.**

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade administrativa**: doutrina, legislação e jurisprudência. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. 623 p.
Número de chamada: **341.3 F287i 4. ed.**

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Manual de improbidade administrativa**: direito material e processual. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016. 309 p.
Número de chamada: **341.3 N518m 4.ed.**

2014

BEZERRA FILHO, Aluizio. **Atos de improbidade administrativa**: Lei 8.429/92: anotada e comentada. 2. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2014. 747p.
Número de chamada: **341.3 B574a 2.ed.**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 966 p.
Número de chamada: **341.3 D596d**

MIRANDA, Sergia Maria Mendonça...[et al.]. **Sentenças**: coletânea de decisões cíveis e criminais. Fortaleza: TJCE, 2014. (Série direito vivo; 2).
Número de chamada: **341.465 S474**

2013

CEM perguntas e respostas sobre improbidade administrativa: incidência e aplicação da lei n.8.429/1992. 2. ed. rev. e atual. Brasília: ESMPU, 2013. 143 p.
Número de chamada: **341.3 C394 2. ed.**

SOUZA, Artur de Brito Gueiros...[et al.] **Temas aprofundados do Ministério Público Federal**. 2. ed., rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2013. 930 p.
Número de chamada: **341 T278**

2011

A EFICÁCIA do sistema jurídico de prevenção e combate à improbidade administrativa. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, 2011. 89 p. (Série pensando o direito; n.34).
Número de chamada: **340 E27**

DOBROWLSKI, Samantha Chantal (coord). **Questões práticas sobre improbidade administrativa**. Brasília: ESMPU, 2011. 326 p.
Número de chamada: **341.3 Q5**

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. 6. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 1293 p.
Número de chamada: **341.3 G216i 6. ed.**

2009

BUENO, Cassio Scarpinella. **O poder público em juízo**. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. 385 p.
Número de chamada: **341.4 B928p 5.ed.**

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. **Gestão e probidade na parceria entre estado, OS e OSCIP**: apontamentos sob a perspectiva dos princípios e normas regentes das licitações e contratações administrativas. São Paulo: NDJ, 2009. 96p.
Número de chamada: **341.3527 P436g**

2006

ALBUQUERQUE, Mário Pimentel; MEDEIROS, Humberto Jacques de; BARBOZA, Márcia Noll. **O Combate à corrupção no mundo contemporâneo e o papel do Ministério Público no Brasil**. Brasília, DF: Ministério Público Federal, 2006. 128 p.
Número de chamada: **364.1323 A345c**

CUNHA, Rogério Sanches. **Direito penal VI**: parte especial: dos crimes contra a administração pública: (arts. 312 a 359-H [do código penal]). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 256 p. (Manuais para concursos e graduação; v.10).
Número de chamada: **341.5 C972d**

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição federal comentada e legislação constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 990 p.
Número de chamada: **341.2481 N456c**

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. 288 p. (Sinopses jurídicas; v.19).
Número de chamada: **341.3 R788d 8. ed.**

2005

BITENCOURT NETO, Eurico. **Improbidade administrativa e violação de princípios**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. 145 p.
Número de chamada: **341.3 B624i**

2004

CASTILHO, Ricardo dos Santos. **Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos**: defesa do consumidor, meio ambiente, pessoas portadoras de deficiência, inquérito civil, ação civil pública, coisa julgada, Ministério Público, família, criança, adolescente e idoso. Campinas, SP: LZN, 2004. 343 p.
Número de chamada: **341.272 C352d**

2003

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 727p.
Número de chamada: **341.3 D596d**

2002

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 727 p.

Número de chamada: **341.3 D596d 14. ed.**

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de improbidade administrativa comentada**: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal: legislação e jurisprudência atualizadas. São Paulo: Atlas, 2002. 249 p.

Número de chamada: **341.3 P348l**

RAMOS, João Gualberto Garcez. **Crimes funcionais de prefeitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 162 p.

Número de chamada: **341.5517 R175c**

2001

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 712 p.

Número de chamada: **341.3 D596d 13. ed.**

MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do, (Org.). **Comentários à Lei de responsabilidade fiscal**. São Paulo: Saraiva, 2001. 640p.

Número de chamada: **341.387 C732**

2000

PANTUZZO, Giovanni Mansur Solha. **Crimes funcionais de prefeitos**: decreto-Lei 201/67. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 152 p.

Número de chamada: **341.5517 P198c**



Periódicos

2020

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa: bloqueio de bens: veículos: restrição de circular e licenciar: afronta ao direito de propriedade. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.15, n.169, p.60-63, jan. 2020.

MELO, Valber; BROETO, Filipe Maia. Nas ações de improbidade administrativa, os deletados também devem falar por último. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, n.175, p.37-45, jul. 2020.

2019

COPOLA, Glina. Improbidade Administrativa: ausência de má-fé, não configurado o elemento subjetivo dolo, ausência de prova de enriquecimento ilícito e de dano ao erário. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 14, n.165, p.208, set. 2019.

CREUZ, Luís Rodolfo Cruz e; CRUVINEL, Aline. O Dever de Prestar Contas pelo Servidor Público - Implicações sob a Ótica da Improbidade Administrativa. **Revista Síntese Direito Administrativo**, v. 14, São Paulo, n.163, p.9-23, jul. 2019.

LACERDA, Daniel Pires; BELMONTE, Giovanna da Franca. A importância da especificação do objeto para prevenir vícios de improbidade administrativa no processo licitatório. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 14, n.165, p.67-98, set. 2019.

LAVOR, Francisco Paula Ferreira. Improbidade administrativa nas contratações de advogados pelas prefeituras no Estado da Paraíba. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.14, n.15, p. 91-102, jan. 2019.

MAGALHAES, Cândida Alzira Bentes de; SENHORAS, Elói Martins. Vinte e cinco anos da Lei de improbidade administrativa. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 14, n.168, p.45-52, dez. 2019.

MELLO, Glaucia Rodrigues Torres de Oliveira. Consensualidade na Improbidade Administrativa: Por Que Não?. **Revista Síntese de Direito Administrativo, São Paulo**, v.14, n.163, p.51-72, jul. 2019.

RANGEL, Tauã Lima Verdán. Improbidade administrativa em pauta: uma análise à luz do princípio da moralidade e o agir do agente público. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.14, n.163, p.33-50, jul. 2019.

2018

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa. Duas questões atuais e relevantes: ação não recebida por falta de viabilidade do pedido formulado pelo autor e indeferimento liminar de bloqueio de bens ante a inexistência de argumentos que o fundamentam. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.13, n.149, p.87-98, maio 2018.

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa. Indisponibilidade de bens. Inclusão da multa civil. Ilegalidade. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.13, n.147, p.65-69, mar. 2018.

2017

DOTTI, Marinês Restelatto. Improbidade administrativa à luz da jurisprudência dos tribunais. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.12, n.141, p.391-430, set. 2017.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. A improbidade administrativa e a função econômica endorregulatória do estatuto das empresas do Estado. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.12, n.134, p.16-32, fev. 2017.

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. Improbidade administrativa de dirigente de empresa estatal. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.12, n.141, p.125-146, set. 2017.

2014

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Improbidade administrativa e a aplicação da pena de perda da aposentadoria. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo, v.30, n.8, p.865-876, ago. 2014.

2013

CAMMAROSANO, Márcio; PEREIRA, Flávio Henriques Unes. Improbidade administrativa e a jurisprudência do STJ = o esvaziamento do dolo nos arts. 9.º e 11, a e inconstitucionalidade da culpa no art. 10 da Lei 8.429-1992. **Revista CEJ**, Brasília, DF, v.17, n.61, p.115-121, set./dez. 2013.

2012

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa: valores recebidos de boa-fé não devem ser desenvolvidos ao erário público. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.7, n.79, p.33-37, jul. 2012.

SANTIAGO, Rafael da Silva. Improbidade administrativa: um estudo de seus aspectos teóricos gerais com exemplos práticos. **Ciência Jurídica**, Belo Horizonte, v.26, n.163, p.207-252, jan./fev. 2012.

SARTORI, Ivan Ricardo Garisio. Improbidade administrativa. **Ciência Jurídica**, Belo Horizonte, v.26, n.164, p.408-422, mar./abr. 2012.

2011

CAMILO JÚNIOR, Ruy Pereira. A improbidade administrativa e os princípios constitucionais. **Revista do Instituto dos Advogados**, São Paulo, v. 14, n. 27, p.171-188, jan. /jun. 2011.

2010

COPOLA, Gina. Jurisprudência comentada: Improbidade administrativa. Contratação de servidores sem concurso público. Inexistência de dano ao erário e ausência de dolo. Improcedência da ação. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 26, n. 5, p.549-551, maio 2010.

RAMOS, Dirceu Torrecillas. Improbidade administrativa e política. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 26, p.219-240, jul. /dez. 2010.

RODRIGUES, Marilene Talarico Martins. Improbidade administrativa. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 26, p.281-296, jul. /dez. 2010.

2009

ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. Improbidade administrativa e a atuação do Ministério Público. **Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública= Revista DCAP**, São Paulo, v. 4, n. 46, p.7-41, out. 2009.

MARTINS, Fernando Rodrigues. Improbidade administrativa à luz da hermenêutica constitucional. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v.17, n.69, p.110-146, out./dez. 2009.

2008

SILVA, Arnaldo Justino da. Improbidade administrativa praticada pelos agentes políticos: competência para o processo e julgamento após a reclamação 2.138. em curso perante o STF. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v.16, n.65, p.22-48, out./dez. 2008.

2006

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho de Arruda. Improbidade administrativa de dirigente de empresa estatal. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, v.4, n.12, p.9-32, jan./mar.2006.

2004

MORAES, Alexandre de. Improbidade administrativa e a questão do princípio do juiz natural como garantia constitucional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.93, n.822, p.52-60, abr. 2004.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa: alguns aspectos controvertidos. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo, p. 241-263 v. 20, n. 3, p. 241-263, mar. 2004.

2003

ANDRADE, Francisca de Oliveira; SILVINO, Jacira; MOURA, Nadiza Sueli da Costa. Improbidade administrativa: o enriquecimento ilícito do agente público = Administrative probity and the illicit enrichment of public officers. **Ratio**, Canoas, RS, n. 7, p.27-32, jan./jun. 2003.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Improbidade administrativa, agentes políticos e foro privilegiado. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 232, p.231-254, abr./jun. 2003.

2002

DELGADO, José Augusto. Improbidade administrativa: algumas controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais sobre a lei de improbidade administrativa. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, Brasília, DF, v.14, n.1, p.21-42, jan./jun. 2002.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Improbidade administrativa e atos judiciais. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 230, p. 187-195, out./dez. 2002.

2001

SZKLAROWSKY, Leon Frejda. Improbidade administrativa e suspensão dos direitos políticos. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.88-194, mar. 2001.

TÁCITO, Caio. Improbidade administrativa como forma de corrupção. **Revista de Direito Administrativo**, v. 1, n. 226, p.1-3, out./dez. 2001.

2000

CASTRO, José Nilo de. Improbidade administrativa municipal. **Jurisprudência Mineira**, v. 51, n. 151, p.13-25, jan./mar. 2000.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Improbidade administrativa e controle das finanças públicas. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 16, n. 12, p.919-928, dez. 2000.

1999

PINTO, Antonio Carlos Lombardi de Souza. Improbidade administrativa: uma violação dos princípios da administração pública. **Revista Jurídica**, v. 46, n. 256, p.26-36, fev. 1999.

SOUZA, José Carlos Rodrigues de. Improbidade administrativa e meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, v. 4, n. 14, p.83-90, abr./jun. 1999.

1998

AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. Improbidade administrativa em relação à administração ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, v. 3, n. 12, p.94-99, out./dez. 1998.

OSÓRIO, Fábio Medina. Improbidade administrativa: observações acerca dos sujeitos do ato. **Revista Jurídica**, v. 46, n. 244, p.5-20, fev. 1998.

1997

FERNANDES, Flávio Sátiro. Improbidade administrativa. **Revista de Direito Administrativo**, n. 210, p.171-181, out./dez. 1997.

FERNANDES, Flávio Sátiro. Improbidade administrativa. **Revista de Informação Legislativa**, v. 34, n. 136, p.101-108, out./dez. 1997.

LAZZARINI, Álvaro. Improbidade administrativa. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 13, n. 10, p.663-671, out. 1997.



Acervo Digital

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE

2018

PAIVA, Raphael Eyer Soares de. A inconstitucionalidade do artigo 21 da Lei 13.089/15: uma ameaça desproporcional ao Poder Executivo. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 109, p.47-62, set./out. 2018.

2017

LOPES, Paula Lino da Rocha. Atuação administrativa consensual: acordo substitutivo envolvendo atos de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 274, p.388-407, dez. 2017.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Improbidade administrativa e impeachment. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, São Paulo, v. 1, p. 221-238, abr./jun. 2017.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Tensões dos agentes judiciais no controle da corrupção. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, São Paulo, v. 2, p.85-98, jul./set. 2017.

2016

CAMPINHO, Sérgio. A submissão aos efeitos da recuperação judicial de crédito perseguido em ação civil pública por anterior ato de improbidade administrativa. **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**, São Paulo, v. 1, jul./set. 2016.

GOMES JR., Luiz Manoel. A tutela provisória do novo código de processo civil e sua aplicação na ação de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 260, p.131-167, out. 2016.

2015

SOARES, Marcos José Porto. Distinção entre corrupção, improbidade administrativa e a má gestão da coisa pública. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 959, p.55-69, set. 2015.

2014

AMBRIZZI, Tiago Ravazzi. Notas sobre a indisponibilidade de bens na lei geral de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 229, p. 305-334, mar. 2014.

CAMBI, Eduardo. Foro por prerrogativa de função nas ações civis públicas por improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 233, p. 215-237, jul. 2014.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de. Crimes contra a administração pública e improbidade administrativa: medidas de prevenção e repressão. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 7, p. 255-273, jul./ago. 2014.

2013

PEÑA, Eduardo Chemale Selistre. Os pressupostos para o deferimento da medida de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 224, p.333-355, out. 2013.

TAKAHASHI, Bruno. A solução consensual de controvérsias e o art. 17, § 1.º, da lei de improbidade administrativa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 927, p.23-40, jan. 2013.

2012

MEDINA, Marcelo Borges de Mattos. Conexão entre atos de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 209, p.229-240, jul. 2012.

2011

CAMILO JUNIOR, Ruy Pereira. A improbidade administrativa e os princípios constitucionais. **Revista do Instituto dos Advogados**, São Paulo, v. 27, p. 171-187, jan./jun. 2011.

SILVA NETO, Francisco de Barros e. Os elementos indispensáveis à propositura da ação civil pública por improbidade administrativa (art. 17, § 6.º, da lei 8.429/1992). **Revista de Processo**, São Paulo, v. 202, p.13-26, dez. 2011.

TESHEINER, José Maria. Ação de improbidade contra agentes políticos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 195, p.13-35, maio. 2011.

2008

ANDRADE, Marcelo Santiago de Padua. Revelia nas ações de responsabilização por atos de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 163 p.321-341, set. 2008

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. Ação de improbidade administrativa. fase da defesa preliminar. ausência. nulidade somente se houver demonstração de efetivo prejuízo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 157, p.307-313, mar. 2008.

SILVA, Arnaldo Justino da. Improbidade administrativa praticada pelos agentes políticos: competência para o processo e julgamento após a reclamação 2.138, em curso perante o stf. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 65, p.22-48, out./dez. 2008.

2007

MIRANDA, Gustavo Senna. Da impossibilidade de considerar os atos de improbidade administrativa como crimes de responsabilidade. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 857, p.478-512, mar. 2007.

2006

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Ação civil pública - ação de improbidade administrativa - ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário - consequências - forma de impugnação. **Revista de Processo**, São Paulo, v.139, p.223-256, set. 2006.

2004

MOURA, Genney Randro Barros de. Símbolos municipais próprios ou improbidade administrativa? **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 56, p.212-232, maio./jun. 2004.

MORAES, Alexandre de. Improbidade administrativa e a questão do princípio do juiz natural como garantia constitucional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.22, p.52-60, abr. 2004.

2003

ALVES, Carmen Silvia. Improbidade administrativa. Professor. Uso de recursos humanos da unesp para elaboração de projeto de interesse da entidade privada à qual era vinculado. ação improcedente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 32, p.346-354, out./dez. 2003.

2002

LIMA, Rogério Medeiros Garcia de. Justiça eleitoral e improbidade administrativa. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v.41, p.256-275, out./dez. 2002.

WALD, Arnaldo. Competência para julgar ação de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 107, p.253- 257, jul./set. 2002.

2000

HARADA, Kiyoshi. Improbidade administrativa. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo**, v. 6, p.102-118, jul./dez. 2000.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. Princípios constitucionais e improbidade administrativa ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 17, p.112-122, jan./mar. 2000.

SZKLAROWSKY, Leon Frejda. Crimes praticados por funcionários contra a administração pública e improbidade administrativa. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 32, p.215-226, maio/jun. 2000.

1999

RIBEIRO, Luciano Garcia. et al. Ação civil por improbidade administrativa. superavaliação em perícia realizada em autos de processos envolvendo ações de desapropriações indiretas. parque estadual e APA. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 13, p.191-216, jan./mar. 1999.

SOBRANE, Sérgio Turra. A lei de improbidade administrativa e sua utilização para a proteção das florestas brasileiras. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 16, p.49-55, out./dez.1999.

SOUZA, José Carlos Rodrigues de. Improbidade administrativa e meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 14, p.83-90, abr./jun. 1999.

1998

AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. Improbidade administrativa em relação à administração ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 12, p.94-99, out./dez. 1998.

OSÓRIO, Fábio Medina. Observações acerca dos sujeitos do ato de improbidade administrativa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 750, p. 69-85, abr. 1998.

1997

FIGUEIREDO, Marcelo. Responsabilidade por atos de improbidade. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 19, p.123-129, abr./jun. 1997.

1995

MELLO, Cláudio Ari. Improbidade administrativa: considerações sobre a lei 8.429/92. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 11, p.49-62, abr./jun. 1995.

1993

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Aspectos procedimentais do instituto jurídico do “impeachment” e conformação da figura da improbidade administrativa. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 2, p.194-210, jan./mar. 1993.

**2019**

AGRA, Walber de Moura. **Comentários sobre a Lei de Improbidade Administrativa**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

GONÇALVES, Benedito; PEREIRA, Ana Lucia Pretto. Regulação jurídica de atividade público-administrativa. In: FONSECA, Reynaldo Soares da; COSTA, Daniel Castro Gomes da (coord.). **Direito Regulatório: desafios e perspectivas para Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p.223-237.

GONÇALVES, Guillermo Dicesar Martins de Araújo. Sanções e atos de improbidade administrativa. In: MENDES, Michelle Diniz (coord.). **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2019, p.329-336.

MARQUES, Mauro Luiz Campbell. Direito Administrativo sancionador democrático e improbidade administrativa. In: MORAES, Alexandre de; MENDONÇA, André Luiz de Almeida (coord.). **Democracia e Sistema de Justiça**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p.447-462.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. O Ministério Público Estadual e o combate à improbidade administrativa. In: HIROSE, Regina Tamami (coord.). **Carreiras Típicas de Estado**: desafios e avanços na prevenção e no combate a corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p.449-460.

NEISSER, Fernando Gaspar. Improbidade administrativa: uma resposta não penal ao problema da corrupção. In: NEISSER, Fernando Gaspar. **Dolo e Culpa na Corrupção Política**: improbidade e imputação subjetiva. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p.34-87.

ZENKNER, Marcelo. O controle da corrupção Lato Sensu. In: ZENKNER, Marcelo. **Integridade Governamental e Empresarial**: um espectro da repressão e da prevenção à corrupção no Brasil e em Portugal. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 93-228.

2018

AMORIM JUNIOR, Silvio Roberto Oliveira de. **Improbidade Administrativa**: procedimentos, sanções e aplicação racional. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

HACHEM, Daniel Wunder; FARIA, Luzardo. Improbidade administrativa, inelegibilidade e a aplicação do art. 1º, I, “L” da Lei Complementar nº 64/1990 pela Justiça Eleitoral. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura; PECCININ, Luiz Eduardo (coord.). **Elegibilidade e Inelegibilidades**. v. 3. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p.427-447.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. Improbidade administrativa: o art. 37, §4º, da Constituição Federal e a Lei nº 8.429/92. In: PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di; MOTTA, Fabrício Macedo (coord.). **O Direito Administrativo nos 30 Anos da Constituição**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p.349-380.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Comentários ao Art. 30. In: PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di; MARRARA, Thiago (coord.). **Lei Anticorrupção Comentada**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p.327-337.

ORTOLAN, Marcelo. Interdependência entre condutas vedadas a agentes públicos na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei Anticorrupção Empresarial. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura; PECCININ, Luiz Eduardo (coord.). **Abuso de Poder e Perda de Mandato**. v. 7. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p.379-397.

2017

ALBUQUERQUE, Ana Claudia de Paula. Inter-relacionamento entre a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei Anticorrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 17, p.9-34, maio/ago. 2017.

ALMEIDA, Pedro Luiz Ferreira de. A improbidade administrativa no Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 16, p.99-137, jan./abr. 2017.

GUTIERREZ, Raul Ciampolini. Apuração administrativa da improbidade administrativa. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 16, p.139-157, jan./abr. 2017.

MAFFEI, Luciana Figueiredo. A prescrição na improbidade administrativa. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 17, p.109-132, maio/ago. 2017.

YAZIGI, Marina Fraga. Sujeito passivo da Lei de improbidade administrativa. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 17, p.157-193, maio/ago. 2017.

2016

BARCESSAT, Ana Clara Aben-Athar. A “improbidade administrativa ambien-

tal”: a configuração de atos lesivos à Administração Pública e ao meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 14, p.109-132, maio/ago. 2016.

LARANJEIRA, Márcio Fernando Bouças. Regime punitivo dos atos de improbidade administrativa: uma revisão da Teoria da não Cumulatividade das Sanções. **Revista da AGU**, Belo Horizonte, ano 5, n. 4, p.216-248, abr./jun. 2016.

SAFI, Dalton Abranches. Aplicação analógica de normas penais na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92). **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 15, p.61-82, set./dez. 2016.

SANTOS, Kleber Bispo dos. Da delimitação dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte, ano 17, n. 59, p.71-86, jan./mar. 2016.

2015

PAULO, Marcelo Franzin; PANICO, Raphael Araújo. A dupla sujeição dos agentes políticos às sanções de improbidade administrativa e de crime de responsabilidade. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 11, p.163-190, maio/ago. 2015.

2014

HARGER, Marcelo. Aspectos inconstitucionais da Lei de Improbidade Administrativa. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, ano 23, n. 55, p.187-209, jan./mar. 2014.

LEVIN, Alexandre. Atos de improbidade administrativa praticados contra a ordem urbanística – Estudo sobre o art. 52 do Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 8, p.125-150, maio/ ago. 2014

KIM, Richard Pae; PORTO, Valéria do Vale. O conteúdo da moralidade na Lei de Improbidade Administrativa: obrigação à conduta do homem público e direito fundamental difuso do cidadão. **Revista de Direito Administrativo**, Belo Horizonte, ano 14, n. 266, p.126-164, maio/ago. 2014.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ação para apuração de ato de improbidade administrativa e o seu cabimento frente aos agentes políticos. **Revista de Direito Público**, Belo Horizonte, ano 7, n. 58, p.71-88, jul./set. 2014.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. O conflito de interesses como ato de improbidade administrativa. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 8, n. 9, p.79-141, set./dez. 2014.

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Improbidade administrativa — O necessário meio-termo entre omissões e exageros. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 19, n. 158, p. 17-27, abr. 2014.

2013

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. O afastamento cautelar de agentes públicos na Lei de Improbidade Administrativa. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte, ano 2, n. 5, p. 9-50, maio/abr. 2013.

RESENDE, Augusto César Leite de; FREITAS, Vladimir Passos de. Improbidade administrativa cultural. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, ano 18, n. 71, set./out. 2013.

SILVA, Lorena Mesquita. Aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos sujeitos à Lei de Crimes de Responsabilidade. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 19, n. 150, p. 28-48, ago. 2013.

2012

OSÓRIO, Fábio Medina. Conceito de improbidade administrativa. **Revista Jus**, Belo Horizonte, ano 10, n. 26, p. 24-51, jan./jun. 2012

SALDANHA, Gisela Potério Santos. A improbidade administrativa e a vontade social. **Revista Jus**, Belo Horizonte, ano 10, n. 26, p. 53-57, jan./jun. 2012.

Edição de arte:
Departamento de Comunicação
Coordenadoria de Imprensa

